

PANORAMA DA REFORMA AGRÁRIA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO CONTESTADO, LAPA, PARANÁ

Bruna Benício Brito¹; Liliani Marília Tiepolo²; Ariane Maria Basílio Pigosso³

GT: Desenvolvimento Territorial e Transição Agroecológica

Resumo

A Política Nacional de Reforma Agrária exige vistorias nos lotes de assentamentos para verificar a conformidade com as normativas. Este estudo, realizado no Projeto de Assentamento Contestado (Lapa, Paraná), analisou o uso, ocupação e exploração dos lotes por famílias assentadas, a partir de uma parceria entre a UFPR e o INCRA. Os objetivos desta pesquisa foram caracterizar a situação dos agricultores, avaliar a exploração sustentável dos lotes e verificar o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Foram coletados dados primários em 100 lotes em maio de 2024, complementados por observações diretas e revisão bibliográfica. Os resultados indicam que 100% dos lotes avaliados são ocupados por beneficiários legais, com 33% dos titulares (T1) sendo mulheres. As culturas mais produzidas variam entre frutas, arroz, feijão, hortaliças, leite e produção agroecológica, enquanto alguns lotes adotam monoculturas convencionais (soja, milho, morango), refletindo a tensão entre agricultura familiar e o modelo hegemônico do agronegócio. Nove ODS foram identificados no assentamento, incluindo erradicação da pobreza (ODS 1), agricultura sustentável (ODS 2) e igualdade de gênero (ODS 5), demonstrando os avanços socioambientais no contexto da reforma agrária. Conclui-se que o assentamento atende às exigências legais e fortalece a reforma agrária, servindo como modelo para conciliar desenvolvimento rural e sustentabilidade no Paraná em uma região marcada por conflitos rurais. A iniciativa destaca-se como estratégia para transformar desafios locais em oportunidades coletivas, alinhadas à Agenda 2030.

Palavras-chave: Assentamento; Agroecologia; Agrofloresta; Supervisão Ocupacional; Agronegócio.

¹ Gestora Ambiental, Especialista em Projetos Sustentáveis e Inovações Ambientais; Laboratório de Geoprocessamento e Estudos Ambientais, Universidade Federal do Paraná; Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: bruna.benicio@ufpr.br ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7847-0383>

² Bióloga, Doutora em Ciências Biológicas; Laboratório de Análise e Monitoramento da Mata Atlântica, Laboratório de Geoprocessamento e Estudos Ambientais, Universidade Federal do Paraná. Matinhos, Paraná, Brasil. E-mail: liliani@ufpr.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4488-2768>

³ Gestora Ambiental, Doutora em Geografia, Laboratório de Geoprocessamento e Estudos Ambientais, Universidade Federal do Paraná; Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: ariane.pigosso@ufpr.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4077-4206>

1 INTRODUÇÃO

A concentração fundiária no Brasil é um dos principais traços estruturais da desigualdade social e econômica no país. Desde o período colonial, a posse da terra foi monopolizada por elites agrárias, gerando uma profunda cisão entre aqueles que detêm os meios de produção e os que, privados deles, dependem do trabalho precário ou da informalidade. Nesse contexto, a Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA) configura-se como um instrumento fundamental para enfrentar esse cenário de desigualdade histórica. Através da redistribuição de terras improdutivas e da promoção de assentamentos rurais, a PNRA visa garantir o direito constitucional à terra, à moradia digna e à produção para famílias trabalhadoras do campo (BRASIL, 2005).

A Reforma Agrária não se limita à redistribuição de terras, pois envolve a promoção da justiça social, da equidade econômica e do desenvolvimento sustentável. Ela é uma política de base, com impactos diretos na erradicação da pobreza, na promoção da segurança alimentar, na conservação da natureza e na ruptura com a lógica do latifúndio que atravessa séculos de exclusão e concentração fundiária no Brasil. Como destaca Ribeiro (1995), “a tragédia brasileira é que temos um povo maravilhoso e uma elite horrível”, evidenciando que a injustiça fundiária é parte central da marginalização das maiorias. Nessa mesma linha, Stédile (2002) afirma que a luta pela terra é uma das mais legítimas expressões de justiça social no Brasil, pois ela visa garantir que a terra cumpra sua função social, conforme previsto na Constituição Federal de 1988.

A PNRA é implementada por meio da criação e gestão de Projetos de Assentamento (PA), cuja responsabilidade recai sobre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Até o ano de 2023, o Paraná contava com cerca de 370 assentamentos oficiais, somando aproximadamente 30 mil lotes distribuídos por diversas regiões do estado. A política é operacionalizada por meio de processos administrativos de vistoria, desapropriação, seleção de beneficiários, implementação de políticas de crédito e infraestrutura, além de mecanismos de supervisão ocupacional que garantem a legalidade e a permanência das famílias beneficiadas (INCRA, 2023).

A PNRA está em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), posteriormente substituídos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas. Em especial, a política contribui para os ODS 1 (Erradicação da pobreza), 2 (Fome zero e agricultura sustentável), 10 (Redução das desigualdades) e 15 (Vida terrestre). Ao garantir terra, crédito, assistência técnica e meios

de produção para famílias agricultoras, a Reforma Agrária amplia a inclusão social, reduz a fome e promove práticas agrícolas sustentáveis em consonância com as metas globais para o século XXI (FAO, 2014; STEDILE, 2014).

Nesse processo, a agricultura familiar assume um papel estratégico. Responsável por mais de 70% dos alimentos consumidos no território nacional, segundo o Censo Agropecuário de 2017, representou um modelo de produção orientado pela diversidade, pelo uso racional dos benefícios naturais e pela permanência das famílias no campo. Trata-se de uma agricultura de base ecológica e social, que sustenta circuitos curtos de comercialização, fortalece economias locais e promove segurança alimentar e nutricional (IBGE, 2019; PETSCHLIES, 2021). Nesse sentido, o fortalecimento da agricultura familiar é também um caminho para combater a pobreza rural e as desigualdades regionais.

Em contraposição a esse modelo, o latifúndio se caracteriza por sua lógica de produção voltada à monocultura, à mecanização intensiva e à exportação de *commodities*, muitas vezes em detrimento de práticas sustentáveis e de relações de trabalho dignas. A lógica do agronegócio, embora produtiva em termos econômicos, não contribui para a distribuição de renda nem para a equidade territorial. Como argumenta Van der Ploeg (2008), a agricultura camponesa é mais resiliente, mais sustentável e mais justa que os modelos industriais de produção. Já Stédile (2002) aponta que a coexistência entre latifúndio e pobreza é estrutural no Brasil, o que exige uma inversão de prioridades na política agrícola nacional.

O Projeto de Assentamento Contestado, situado no município da Lapa, Paraná, constitui um exemplo emblemático da implementação da Reforma Agrária no estado. Criado no início dos anos 2000, o PA Contestado abriga dezenas de famílias e já foi objeto de diversas pesquisas acadêmicas, especialmente nas áreas de agroecologia, educação do campo e desenvolvimento rural (PETSCHLIES, 2021). No entanto, praticamente nenhum estudo se debruçou sobre a supervisão ocupacional com base em dados empíricos sistematizados a partir da realidade dos lotes individuais. Esta lacuna justifica a presente pesquisa, que se propõe a investigar a ocupação e o uso dos lotes com base em visitas in loco e instrumentos de avaliação elaborados especificamente para esse fim.

A supervisão ocupacional, conforme diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa INCRA nº 99/2019, tem como objetivo verificar a conformidade da ocupação com os princípios da Reforma Agrária, identificando situações de abandono, irregularidade ou descumprimento das condições do contrato de assentamento. O presente

trabalho é fruto das visitas in loco realizadas no PA Contestado entre os meses de agosto e setembro de 2023, no âmbito do convênio firmado entre o INCRA e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), através do Termo de Execução Descentralizada. Esse convênio prevê a execução de supervisão ocupacional em 129 lotes de assentamentos da reforma agrária, sendo o PA Contestado delimitado como área de estudo desta pesquisa.

Esses territórios, mesmo sendo frutos de lutas históricas por acesso à terra, ainda operam sob fortes condicionantes impostos pela lógica do agronegócio, que molda o sistema produtivo, a infraestrutura, o acesso a crédito e o próprio imaginário social sobre o que é desenvolvimento rural.

Entre as dificuldades mais recorrentes estão a insuficiência de políticas públicas estruturantes, a precariedade na assistência técnica, a demora na regularização fundiária, e a ausência de apoio sistemático à comercialização da produção. Além disso, muitos assentamentos carecem de infraestrutura básica — como estradas, escolas, unidades de saúde e acesso à internet — o que dificulta não apenas a permanência das famílias no campo, mas também o seu bem-estar e sua inserção em circuitos econômicos mais justos. A sobreposição entre a luta por sobrevivência e a necessidade de resistir à pressão econômica do modelo hegemônico leva muitos assentados a optarem, por vezes, por práticas convencionais de cultivo com uso de agrotóxicos e monoculturas, como forma de garantir renda imediata frente à ausência de suporte técnico e logístico para a agroecologia.

Essa situação evidencia que a reforma agrária, embora seja uma conquista fundamental, não se encerra com o acesso à terra. Ela demanda um processo contínuo de acompanhamento, investimento e valorização dos modos de vida camponeses, articulando justiça social, sustentabilidade ambiental e soberania alimentar. É nesse contexto que a agroecologia surge como um horizonte viável e necessário — mas que, para se consolidar, precisa romper com a marginalização histórica imposta ao campesinato e ser sustentada por políticas públicas coerentes, financiamento adequado e reconhecimento institucional.

O Projeto de Assentamento Contestado, localizado no município da Lapa, região metropolitana de Curitiba, apresenta características singulares que justificaram a realização desta pesquisa, sobretudo por reunir experiências agroecológicas consolidadas e, ao mesmo tempo, contradições típicas da realidade camponesa no Brasil. A partir da participação direta nas vistorias realizadas in loco, buscou-se responder às seguintes questões centrais: 1) De que forma se caracteriza a situação ocupacional dos assentados

e assentadas do PA Contestado perante a Política Nacional de Reforma Agrária, considerando tanto os dados cadastrais quanto as observações empíricas? 2) Como se dá, na prática, o uso, a ocupação e a exploração produtiva dos lotes, diante da coexistência de diferentes modelos agrícolas, incluindo a agroecologia e os cultivos convencionais? 3) Quais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme propostos na Agenda 2030 da ONU, podem ser reconhecidos na dinâmica cotidiana do assentamento, com base nas práticas produtivas, sociais e ambientais observadas no território?

Diante do exposto, o objetivo geral desta pesquisa é apresentar um panorama das características dos assentados, e do uso, ocupação e exploração dos lotes do Projeto de Assentamento do Contestado, na Lapa, Paraná. Os objetivos específicos são: Caracterizar perante a Política Nacional de Reforma Agrária, a situação dos agricultores rurais e assentados do Projeto de Assentamento do Contestado; analisar o uso, a ocupação e a exploração dos lotes do Projeto de Assentamento do Contestado; e observar o cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável no Projeto de Assentamento do Contestado.

Consideramos que a realização de uma pesquisa para caracterizar os agricultores assentados e analisar o uso, ocupação e exploração dos lotes no Projeto de Assentamento Contestado, no município da Lapa (PR), justifica-se a partir de três pilares interconectados: Supervisão Ocupacional em Assentamentos de Reforma Agrária, a Política Nacional de Reforma Agrária e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A pesquisa no Assentamento Contestado permite mapear desafios específicos e propor soluções alinhadas às diretrizes da supervisão ocupacional, fortalecendo a governança local, considerando que a reforma agrária no Brasil tem como objetivos centrais reduzir desigualdades sociais, promover justiça territorial e estimular a agricultura familiar sustentável. Contudo, sua efetividade depende de diagnósticos precisos sobre a realidade dos assentamentos. Nesse contexto, a pesquisa permite verificar se o projeto alcançou metas como melhoria da qualidade de vida, geração de renda e segurança alimentar das famílias assentadas. Busca identificar problemas evidenciados in loco, e pode subsidiar ajustes nas ações do INCRA e parceiros. Além disso, ao propor caracterizar os agricultores ajuda compreender o panorama do assentamento em acordo com o Plano Nacional de Reforma Agrária.

Ao considerar os ODS, estabelecidos pela ONU em 2015, que orientam políticas globais para erradicação da pobreza, sustentabilidade e equidade, será possível conhecer para quais deles o Projeto de Assentamento Contestado contribui diretamente.

A pesquisa no Assentamento Contestado não apenas cumpre exigências legais da Supervisão Ocupacional, como também fortalece a política de reforma agrária ao gerar dados para aprimorar programas públicos e avança na agenda 2030 ao integrar desenvolvimento rural e sustentabilidade. Além disso, no contexto paranaense – marcado por conflitos históricos entre agronegócio e agricultura familiar –, o estudo pode servir como modelo para outros projetos, promovendo diálogos intersetoriais e inovações socioambientais. Portanto, trata-se de uma iniciativa estratégica para transformar desafios locais em oportunidades de progresso coletivo.

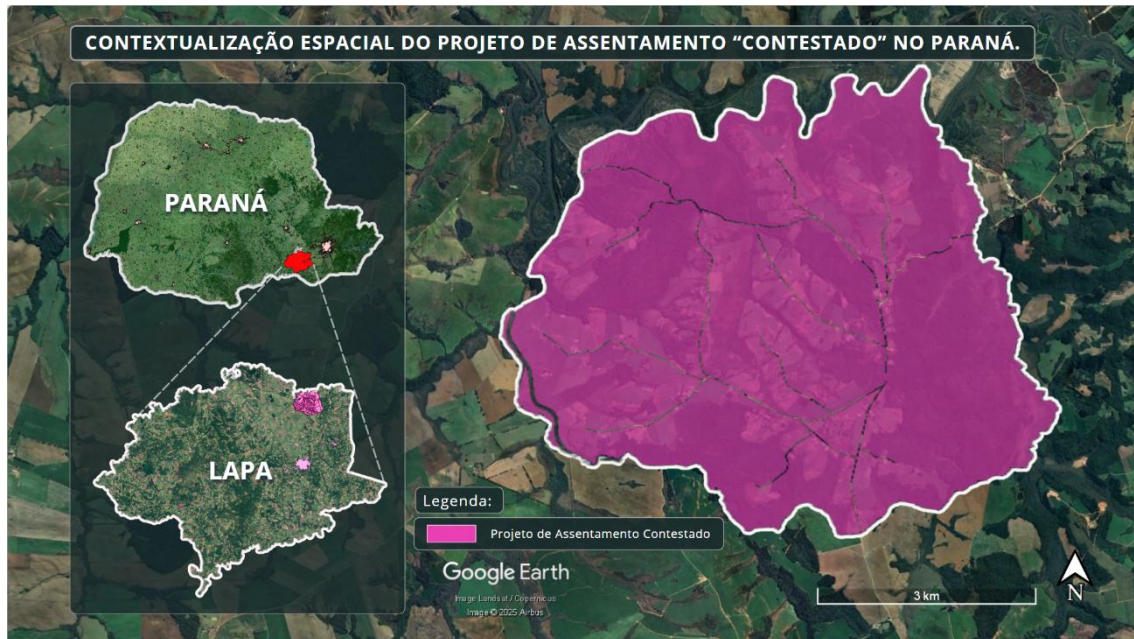
2 PERCURSO METODOLÓGICO

2.1 Área de Estudo

O Projeto de Assentamento Contestado, localizado no município da Lapa, região metropolitana de Curitiba, completou 25 anos de história em 2024. A ocupação da área ocorreu no dia 7 de fevereiro de 1999, quando famílias de agricultoras e agricultores organizados pelo Movimento Sem Terra (MST) ocuparam o território com o objetivo de fazer valer o que está previsto na Constituição Federal: o direito à terra para quem nela trabalha. A área então pertencia ao grupo Incepa, que havia contraído dívidas com a União e instituições bancárias. Após meses de mobilização e resistência, a área foi destinada oficialmente à Reforma Agrária, sendo criado o assentamento em 26 de abril de 2004 (Figura 1).

O PA Contestado está atualmente classificado pelo INCRA na fase de “Assentamento em Instalação”, o que significa que o processo de consolidação ainda está em curso, com ações voltadas à regularização fundiária, implantação de infraestrutura básica, acesso a políticas públicas e acompanhamento técnico às famílias assentadas. Sua capacidade inicial foi definida para 108 famílias, com 106 famílias assentadas formalmente e cerca de 160 famílias residentes de fato, conforme dados do Movimento Sem Terra (2022). A área total do assentamento é de 2.973,57 hectares, sendo uma das maiores do estado do Paraná em extensão contínua.

Figura 1: Contextualização espacial do Projeto de Assentamento Contestado, Lapa, PR.



Do ponto de vista físico-geográfico, o assentamento situa-se em região de relevo suavemente ondulado a ondulado, o que favorece a mecanização agrícola e o acesso viário entre os lotes. O tipo de solo predominante é o Latossolo Vermelho Distrófico, caracterizado por boa profundidade, textura argilosa e média a alta capacidade de retenção de água, embora exija correção de acidez e reposição de nutrientes para uso agrícola (EMBRAPA, 2025). A vegetação original pertence ao domínio da Floresta Ombrófila Mista, típica formação da Mata Atlântica, com ocorrência significativa de araucárias, embora a cobertura vegetal original esteja bastante fragmentada devido a atividades agropecuárias históricas. O clima da região é subtropical úmido mesotérmico (Cfb na classificação de Köppen), com verões amenos, invernos frios com ocorrência de geadas e chuvas bem distribuídas ao longo do ano, favorecendo a produção diversificada (EMBRAPA FLORESTAS, 2025).

A produção agroecológica constitui o eixo estruturante da vida no Projeto de Assentamento Contestado, sendo compreendida não apenas como um conjunto de práticas produtivas, mas também como uma base ética, política e organizativa das famílias assentadas. Nesse contexto, destaca-se a criação da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) (Figura 2), fundada em 2005 por iniciativa coletiva dos assentados, em parceria com organizações da sociedade civil, como a Via Campesina. Seu principal objetivo é articular os saberes populares com a formação técnico-científica

voltada à agroecologia. A escola oferece, em cooperação com o Instituto Federal do Paraná (IFPR – Campus Campo Largo), o curso de Tecnologia em Agroecologia, além da Licenciatura em Educação do Campo, promovida em conjunto com a Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. A ELAA se consolidou como referência na educação do campo, recebendo estudantes de diversas regiões do Brasil e de outros países da América Latina.

O assentamento conta com uma estrutura educacional básica consolidada, fruto das conquistas coletivas da comunidade. A educação infantil é ofertada por meio da Ciranda Infantil, enquanto o ensino fundamental e o ensino médio são garantidos por instituições públicas instaladas no território, especificamente uma escola municipal e um colégio estadual, cuja implementação resultou da mobilização dos próprios assentados em articulação com o poder público.

Para organizar o escoamento da produção, foi fundada, em abril de 2010, a Cooperativa Terra Livre, com um diferencial relevante: trata-se de uma cooperativa 100% agroecológica. Seus produtos abastecem feiras livres, cestas agroecológicas e, principalmente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em 2021, a cooperativa entregava cerca de 15 toneladas semanais de alimentos a dezenas de escolas. A estrutura de produção é ampliada por um viveiro com capacidade de produção de 2 mil mudas de hortaliças por mês, um barracão de 400 m² para armazenamento e uma agroindústria que processa mandioca, abóbora, tomate, frutas e hortaliças, transformando-os em molhos, doces e conservas (Kaminski et al., 2018).

A área também é referência na integração entre Saúde Pública e Saúde Popular. O assentamento conta com uma Unidade Básica de Saúde (UBS), que oferece atendimentos clínicos e práticas integrativas, como bioenergia, chás medicinais e terapias naturais. A unidade possui uma horta medicinal comunitária, expressando o cuidado ampliado com a saúde das pessoas e do território.

O assentamento está localizado em uma área ambientalmente sensível, inserida no bioma Mata Atlântica, e abriga experiências relevantes de cultivo agroecológico — especialmente por meio de sistemas agroflorestais e da conservação de sementes crioulas. Essas práticas vêm sendo associadas a esforços de conservação ambiental, promoção da segurança alimentar e fortalecimento da soberania popular, além de dialogarem com diretrizes presentes nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Observa-se também um protagonismo significativo de mulheres e jovens na produção e na gestão coletiva do território. Embora os desafios estruturais persistam, o grau de organização

comunitária, articulado à proximidade com a capital do estado, tem favorecido o desenvolvimento de formas locais de resistência camponesa e alternativas socioambientais que merecem atenção no debate sobre transições ecológicas justas.

O município da Lapa, por sua vez, possui uma população estimada em 45.003 habitantes (IBGE, 2023), distribuída em uma área de 2.093,86 km², com densidade demográfica de 21,49 hab./km². A economia local baseia-se nos setores de serviços, agropecuária e indústria, com aproximadamente 60% da população vivendo em áreas urbanas. A Lapa tem um histórico marcado por conflitos fundiários, o que reforça a importância simbólica do Assentamento Contestado como espaço de efetivação de direitos sociais e territoriais.

2.2 Vistorias in loco

Os dados apresentados nesta pesquisa foram obtidos por meio da participação da autora nas atividades desenvolvidas no âmbito do convênio firmado entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), viabilizado por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED). A pesquisadora integrou a equipe responsável pela Supervisão Ocupacional, uma das ações previstas no TED, cuja metodologia envolve vistorias *in loco*, análise de documentos, entrevistas informais e o uso de ferramentas digitais disponibilizadas pelo INCRA.

Durante as vistorias realizadas no PA Contestado, foram coletadas informações adicionais junto a 100 assentadas e assentados, por meio da aplicação de um questionário breve em campo, utilizando o aplicativo Zoho Forms. Esse instrumento teve caráter exploratório, com o objetivo de levantar percepções e condições relacionadas à ocupação dos lotes, práticas produtivas, acesso a políticas públicas e dinâmicas comunitárias. O formulário coletou dados autodeclarados sobre sexo, cor/raça, nível de escolaridade, situação ocupacional, além dos principais tipos de produção primária e secundária desenvolvidos nos lotes. Também foram registradas observações relevantes apontadas durante as vistorias. As informações obtidas complementam os dados secundários provenientes de relatórios institucionais, documentos oficiais do INCRA e produções de organizações sociais vinculadas ao território.

As vistorias no Projeto de Assentamento Contestado foram realizadas no período de 6 a 10 de maio de 2024, como parte das ações do convênio firmado entre o INCRA e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), no âmbito do Termo de Execução

Descentralizada (TED). A atividade contou com a participação de uma equipe técnica composta por oito pessoas, organizadas em duas equipes de campo, cada uma com um veículo e divididas em duplas de trabalho. A logística adotada permitiu a otimização do tempo e o alcance de diferentes núcleos do assentamento durante os cinco dias de atividade.

A metodologia seguiu o protocolo da Supervisão Ocupacional do INCRA, sendo as vistorias realizadas de forma presencial e direta, com aplicação de formulários padronizados, geolocalização dos pontos vistoriados e registros fotográficos. Cada visita envolvia o diálogo com os beneficiários ou ocupantes, observações das condições de uso e exploração do lote, identificação de cultivos, estruturas físicas, indícios de abandono ou irregularidade, além de registros subjetivos importantes para qualificar a análise posterior.

As informações foram inseridas diretamente no aplicativo PGT Campo (Plataforma de Gestão Territorial – Módulo Campo), ferramenta desenvolvida pelo INCRA para sistematizar as vistorias e gerar laudos padronizados. O PGT Campo permite o preenchimento digital de dados fora do ambiente de internet, anexação de imagens, georreferenciamento e envio automático ao sistema central do órgão (quando online), otimizando o processo de análise ocupacional.

Além dos dados cadastrais básicos (nome do titular, número do lote, situação jurídica), foram coletadas as seguintes informações via formulário eletrônico: Identificação de Titular 1 (T1) e Titular 2 (T2): sexo, cor/raça, escolaridade; Situação da ocupação (se beneficiário reconhecido ou ocupante irregular); Tipo de produção agrícola ou pecuária (primária e secundária); Destinação da produção (feiras, PNAE, subsistência etc.); Condições do lote (construções, presença de horta, roçado, mata, abandono); Uso de agrotóxicos ou práticas agroecológicas; Indícios de conflitos, abandono ou descumprimento contratual.

A geolocalização de cada lote foi realizada por meio de coordenadas GPS inseridas automaticamente pelo dispositivo móvel no momento do preenchimento do formulário, o que garante a precisão espacial das informações. Esse dado é fundamental para o cruzamento com as bases de dados geoespaciais do INCRA, especialmente nos processos de regularização fundiária e atualização cartográfica dos assentamentos.

Para fins analíticos, os dados utilizados neste estudo foram organizados em duas grandes categorias: dados quantitativos, processados a partir das respostas padronizadas do formulário (por exemplo, número de beneficiários regulares, tipos de cultivo, escolaridade, gênero); e dados qualitativos, oriundos das observações livres realizadas

pelos vistoriadores em campo. As anotações qualitativas incluíram: Impressões sobre o manejo agroecológico e sistemas agroflorestais; Registro de experiências inovadoras (como viveiros, agroindústrias, guardiões de sementes); Notas sobre condições precárias de moradia ou infraestrutura; Casos de violência doméstica e possíveis situações de vulnerabilidade; Participação ativa em movimentos sociais ou organização coletiva; Relatos sobre relações de mercado, escoamento da produção e acesso a políticas públicas.

Essas anotações oferecem subsídios importantes para compreender a realidade multifacetada dos assentamentos, indo além da leitura técnica e burocrática da supervisão ocupacional. Juntas, as informações obtidas fornecem um retrato abrangente da situação ocupacional e produtiva do PA Contestado, contribuindo para a avaliação da efetividade da política de reforma agrária em sua dimensão social, ambiental e econômica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

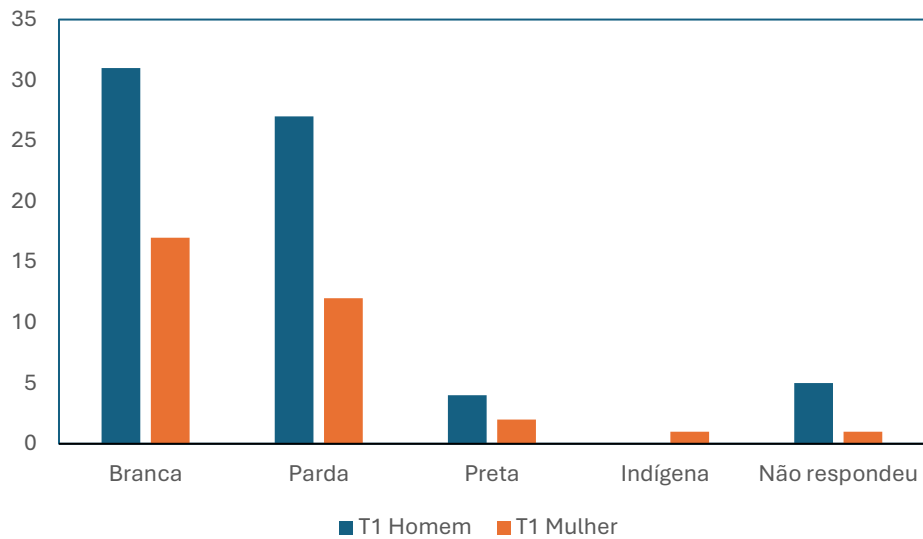
3.1 Caracterização dos Assentados do PA Contestado

Ao todo, foram vistoriados 113 lotes, superando a previsão inicial de 108 unidades. Os resultados desta sessão são relacionados com as características autodeclaradas relacionadas a sexo, cor e raça, nível de escolaridade, situação ocupacional, e principais tipos de produção primária e secundária observadas nos lotes, além de observações relevantes.

Em relação ao sexo identificado como Titular 1, observamos que 33 são mulheres e 67 são homens. Já em relação a cor e raça, entre as mulheres identificadas como T1, 17 são brancas, 12 são pardas, 2 são pretas, uma mulher se declarou como indígena e uma não respondeu (Figura 2).

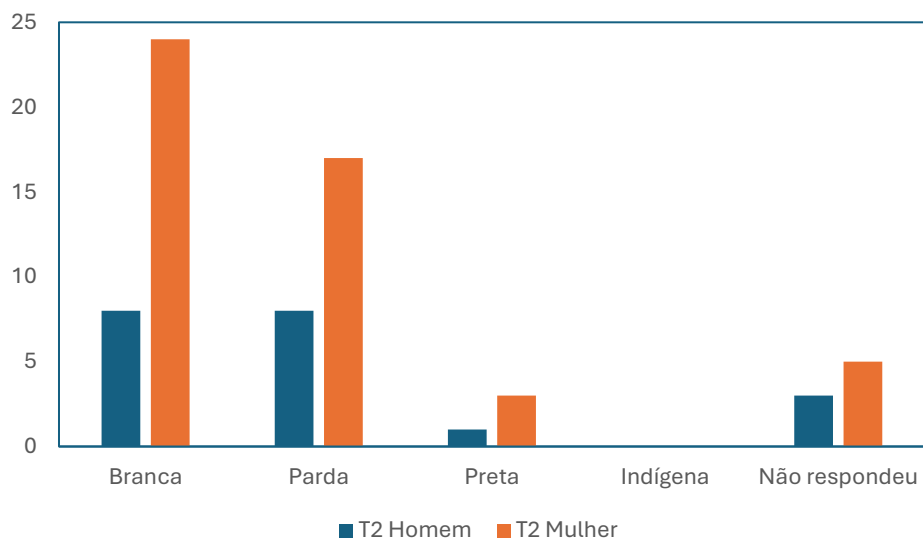
Em relação ao sexo identificado como T2, temos a seguinte composição auto declaratória: 49 mulheres e 20 homens. Entre as mulheres 24 são brancas, 17 são pardas e três são pretas. Outras cinco não responderam. Já entre os homens, oito são brancos, oito são pardos, um é preto e três não responderam (Figura 3). Identificamos que 31 T1 não possuem companheiras/os. Isso pode estar relacionado ao fato de serem viúvos/as, separados/as, divorciados/as ou até mesmo ao fato de não relacionarem um T2 no ato da vistoria. Observou-se que 13 mulheres T1 não possuem companheiros ou cônjuges. Já entre os T1 homens, verificou-se que 18 não possuem companheiras ou cônjuges.

Figura 2: Identificação de cor e raça entre os titulares (T1) do PA Contestado, Lapa, PR.



Fonte: As autoras (2025)

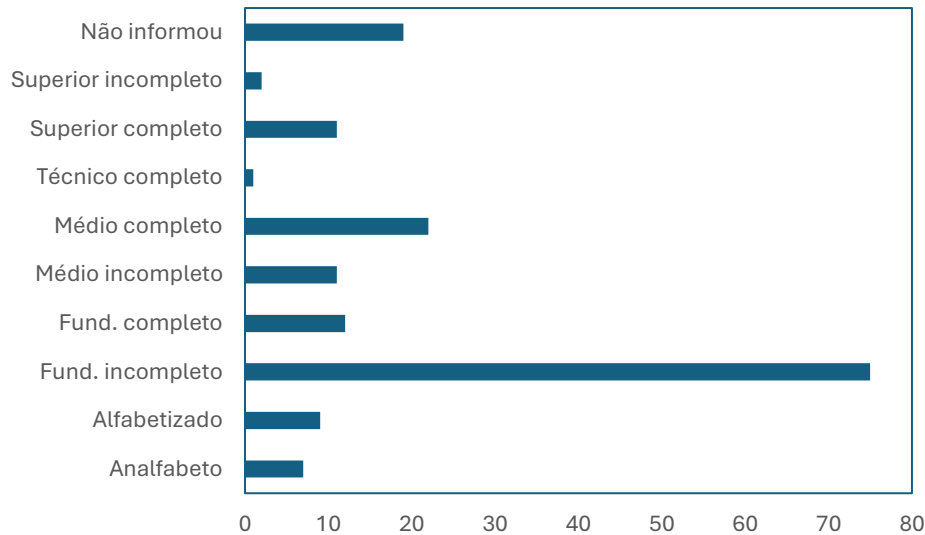
Figura 3: Identificação de gênero, cor e raça entre os titulares (T2) do PA Contestado, Lapa, PR.



Quanto ao nível de escolaridade, os resultados estão representados nas Figuras 4, 5 e 6. Como a maior predominância em T1 é de homens, o resultado vai refletir em um maior número de homens com maior nível de escolaridade no ensino fundamental, médio e superior completo.

Somando a escolaridade dos T1 com os T2, temos a seguinte composição no PA Contestado, expressa pelo Figura 4.

Figura 4: Nível de escolaridade dos assentados do PA Contestado (T1 + T2), Lapa, PR.



Quando analisamos a escolaridade dos assentados conjuntamente com cor e raça, os dados consolidados para T1 expressam as seguintes composições para o PA Contestado (Figura 5). De acordo com Fraga (2024), a escolaridade é um fator crucial para o desenvolvimento da população do campo no Brasil, especialmente para os beneficiários da reforma agrária, pois está diretamente relacionada à melhoria da qualidade de vida, à autonomia produtiva e à redução das desigualdades sociais. A educação permite que os agricultores familiares e assentados compreendam melhor seus direitos, como acesso a políticas públicas (crédito rural, assistência técnica, programas de comercialização) e participação social. Pessoas com maior escolaridade têm mais condições de exigir seus direitos e participar ativamente das decisões comunitárias. O conhecimento técnico-científico, quando crítico, ajuda os agricultores a adotar técnicas agrícolas mais eficientes e sustentáveis; aumentar a produtividade e a renda familiar; diversificar a produção e acessar mercados diferenciados (como orgânicos e agroecológicos); gerir melhor seus negócios rurais. A falta de escolaridade e de oportunidades educacionais no campo é um dos motivos que levam os jovens a migrarem para as cidades. Investir em educação rural, incluindo escolas de qualidade e cursos técnicos agrícolas, pode fixar as famílias no campo, fortalecendo a agricultura familiar.

A análise do nível de escolaridade dos assentados T1 e T2 do PA Contestado é relevante à medida que a Política Nacional de Reforma Agrária impõe procedimentos para os assentados que invariavelmente não são simples de serem entendidos e executados (Figura 4, Figura 5, Figura 6). Quando observamos que quase a metade dos T1 deste assentamento possuem o ensino fundamental incompleto (Figura 4 e 5), e o que a mesma situação se repete para os T2 (Figura 6) há que se ponderar sobre a complexidade intrínseca que permeia os procedimentos de regularização da situação ocupacional de cada lote. O nível de discernimento aumenta com o nível de escolaridade, mas apenas 13 pessoas possuem o nível médio completo e somente seis assentados possuem ensino superior.

Esta constatação nos remete que este é o projeto de assentamento mais próximo da capital do Paraná, localizado a aproximadamente 70 km de Curitiba, onde está sediado a regional do INCRA e que o mesmo PA encontra neste quesito uma série de facilidades, que vão desde sua abrangência política até as facilidades com que os servidores do INCRA possuem para resolver pendências e demandas dos assentados em relação a regularização ocupacional. Mas deixa a reflexão de que em projetos de assentamentos mais distantes, a situação torna-se mais complexa. Vale destacar que o PA Contestado dispõe de uma estrutura institucional rara entre os assentamentos da reforma agrária no Paraná, especialmente no que se refere às áreas de educação e saúde. Além das escolas públicas voltadas ao ensino básico, o território abriga uma instituição de formação técnica e política voltada à agroecologia, cuja atuação tem ampliado significativamente o acesso à educação de qualidade para jovens do campo e de comunidades camponesas latino-americanas. Essa configuração, resultado de intensos processos de mobilização social e parcerias institucionais, permanece como uma exceção no contexto paranaense, onde a maior parte dos assentamentos segue enfrentando limitações estruturais que dificultam o acesso regular a serviços públicos essenciais e restringem as possibilidades de desenvolvimento local sustentável.

Em relação a cor e raça, os resultados obtidos para T1 evidenciam que se somarmos os homens pardos e pretos, eles representam a maior parte dos assentados do PA Contestado. Entre as mulheres há um leve predomínio de brancas (Figura 2). Não há diferenças significativas entre os níveis de estudo em relação a cor e raça. O que se observa é que predomina o mesmo padrão de baixo nível de escolaridade igualmente distribuído entre os assentados homens e mulheres, independentemente da cor e da raça (Figuras 5 e 6).

3.2 Uso, ocupação e exploração dos lotes do PA Contestado

A partir de observações qualitativas descrevemos uma síntese das percepções desta semana de trabalho de campo e vistoria in loco no PA Contestado. O tempo de trabalho foi em geral de oito horas diárias e raramente ultrapassou isso, no último dia, o trabalho foi finalizado mais cedo. A logística de permanecer por toda a semana no assentamento possibilitou que a equipe realizasse os almoços na Cooperativa todos os dias.

Diferente dos outros PA visitados no âmbito do TED/INCRA/UFPR em que a equipe da UFPR organizou a distribuição espacial dos lotes segundo critérios definidos, a partir dos relatórios de demanda, para este PA as próprias lideranças do assentamento, dos diferentes núcleos, organizaram as visitas, sob a coordenação da Professora Tânia Márcia Bagnara, a partir de duas visitas de reconhecimento e organização realizadas anteriormente. Estas visitas foram cruciais para viabilizar os trabalhos de campo. Portanto, não houve qualquer contratempo em relação a organização comunitária do trabalho de supervisão ocupacional, pelo contrário, facilitou muito o deslocamento e a logística.

O trabalho de campo evidenciou que a maior parte dos assentados deste PA são beneficiários. Dos 100 respondentes do formulário, 96 eram beneficiários e apenas quatro eram ocupantes. Uma possível explicação para esses dados, que se distinguem significativamente de outros Projetos de Assentamento no Estado do Paraná, pode estar relacionada à proximidade com a capital e à curta distância em relação ao centro urbano do município da Lapa.

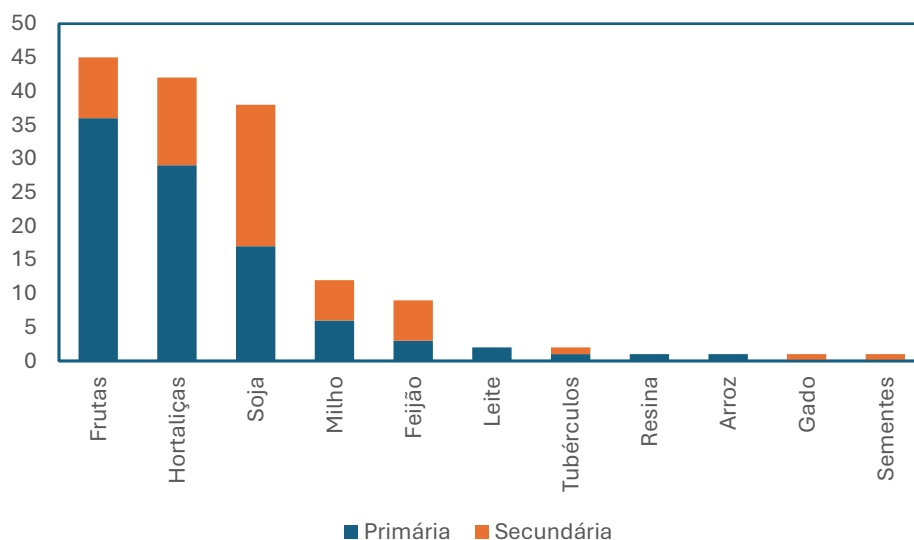
A proximidade do PA Contestado com centros urbanos e instituições públicas tem contribuído de maneira significativa para a qualidade de vida das famílias assentadas, ao ampliar o acesso a serviços essenciais e potencializar sua capacidade de articulação política junto aos órgãos governamentais. Observa-se, nesse assentamento, um elevado grau de organização comunitária, com lideranças atuantes e uma infraestrutura notavelmente mais robusta em comparação a outros projetos de reforma agrária no estado do Paraná. Dentre os principais equipamentos coletivos presentes, destacam-se uma Unidade Básica de Saúde com práticas integrativas, uma cooperativa voltada à produção e comercialização agroecológica, um armazém comunitário que viabiliza o escoamento da produção local e uma instituição de ensino técnico-formativo voltada à agroecologia,

anteriormente referida como Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), que reafirma o papel estratégico da educação do campo no fortalecimento do território.

O Relatório de Demandas utilizado como base para as vistorias in loco indicava inicialmente a necessidade de análise de 108 lotes. No entanto, como é comum em levantamentos de campo, a realidade observada apresentou maior complexidade, resultando na realização de 113 laudos no sistema PGT-Campo.

Observou-se que o Assentamento Contestado apresenta uma expressiva concentração de famílias assentadas dedicadas à produção orgânica, em proporção superior à verificada em outros assentamentos acompanhados no âmbito do mesmo convênio. Essa produção abrange não apenas hortaliças e frutas, mas também alimentos de origem animal, como queijos artesanais, resinas e sementes (Figura 7). Parte significativa dos agricultores comercializa seus produtos em feiras de Curitiba e no Mercado Municipal; entretanto, os principais canais de escoamento identificados foram os programas institucionais de compras públicas, especialmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Estima-se que aproximadamente metade dos lotes do assentamento esteja voltada à produção agroecológica, com destaque para a diversidade de cultivos de hortaliças organizados em sistemas agroflorestais manejados com elevado grau de conhecimento técnico.

Figura 7: Principais produções primárias e secundárias do PA Contestado, Lapa, PR.



Nos lotes não voltados à produção orgânica, predominam cultivos convencionais de milho, soja e morango, sendo este último especialmente significativo no contexto econômico do assentamento. Observou-se um número expressivo de agricultores

dedicados ao cultivo de morango em sistema convencional, com uso intensivo de estufas. Estimativas levantadas em campo indicam que a maior parcela da renda gerada por essas famílias provém dessa cultura, cuja importância local é evidenciada pela forma como esses produtores são reconhecidos internamente como “morangueiros”. Alguns desses agricultores dispõem de infraestrutura especializada, como veículos adaptados para o transporte da produção até centros de distribuição, como o Ceasa. O cultivo de trigo é pontual, e a criação de animais ocorre majoritariamente em regime de subsistência, com foco na criação de galinhas, suínos e vacas leiteiras.

Muitas visitas in loco foram destacadas positivamente: os Sistemas Agroflorestais de hortaliças orgânicas; uma das maiores plantações de morangos orgânicos do Paraná; um guardião de sementes que possui mais de 900 variedades de feijões e favas, além de dezenas de variedades de milho e outras plantas, inclusive hortaliças.

Em um dos lotes voltados à produção orgânica em sistema agroflorestal, não há preocupação em eliminar completamente o mato (Figura 8). Pelo contrário, os capins são intencionalmente mantidos e utilizados para cobrir o solo, contribuindo para a retenção de umidade e oferecendo proteção contra o frio intenso e as geadas do inverno. Segundo o agricultor do Sítio Joaninhas — guardião de sementes crioulas e praticante da agroecologia —, quando manejados de forma adequada, esses capins proporcionam diversos benefícios ecológicos, produtivos e sustentáveis. Ainda assim, ele destaca a importância de cuidados no manejo para evitar que a vegetação espontânea entre em competição direta com as hortaliças cultivadas. Entre os principais benefícios do uso controlado de capins nos sistemas agroflorestais estão a prevenção da erosão, a preservação da umidade no solo, a melhoria da fertilidade por meio da adubação verde e o estímulo à vida no solo, o que facilita a entrada e retenção da água. Segundo o agricultor do Sítio Joaninhas, os canteiros de capim também cumprem um papel importante ao se integrarem aos sistemas produtivos como barreiras naturais, ajudando a direcionar o fluxo da água da chuva e a criar ambientes mais favoráveis ao crescimento das plantas. Esses canteiros podem ainda ser alternados com o uso de pequenos animais, que devolvem nutrientes ao solo por meio de seus dejetos. Além disso, os capins contribuem no controle de pragas, atraindo insetos benéficos, como as joaninhas, e auxiliando na redução de organismos que prejudicam as hortaliças. O agricultor afirma que, por entender essas vantagens, optou por não criar gado, considerando que a pecuária exige muita terra para pouco retorno, enquanto a produção de alimentos variados permite melhor aproveitamento do espaço. Ele também destaca que o pisoteio constante do gado pode

comprometer a qualidade do solo, dificultando sua recuperação e diminuindo seu potencial produtivo. Sua escolha reflete uma visão de manejo que prioriza o equilíbrio com a natureza e a eficiência na produção de alimentos saudáveis, reforçando os princípios da agroecologia praticados no assentamento.

Figura 8: Canteiros de produção de hortaliças orgânicas no PA Contestado, Lapa, PR.



Um dos agricultores deste PA é destacado e próspero produtor agroecológico, além de pesquisador experimental em biodiversidade e consultor e agente multiplicador de Sistemas Agroflorestais, como ele próprio se define. As imagens das Figuras 4, 5 e 6 foram realizadas na visita no Sítio Joaninhas, onde possui a concessão de uso da terra.

Ele e sua família são guardiões artesanais de uma grande e valiosa variedade de sementes crioulas, notavelmente feijões e favas (Figura 9).

Figura 10: Composição de imagens de sementes crioulas do Sítio Joaninha.



Do ponto de vista crítico, a ocorrência de situações envolvendo violência doméstica no PA Contestado — mesmo em um assentamento com presença ativa de movimentos sociais e com senso comunitário mais fortalecido — chama atenção para fragilidades na Política Nacional de Reforma Agrária e nos limites da atuação institucional do INCRA. No âmbito da pesquisa realizada no âmbito do TED/INCRA/UFPR, foi possível observar que, em alguns casos, situações de violência resultaram na permanência de ambas as partes no mesmo lote, o que levanta preocupações quanto à segurança das mulheres e à mediação adequada desses conflitos.

Foi perceptível o engajamento de muitos membros das comunidades com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sendo que em cada núcleo existem lideranças e praticamente todo estão dedicados a produção de hortaliças orgânicas.

O padrão das moradias e das condições de vida observadas no assentamento indicam, em grande parte, sinais de prosperidade e melhoria socioeconômica. No entanto, há exceções — algumas famílias ainda vivem em situação de subsistência, com acesso limitado a recursos básicos. Também foram relatados casos de doenças graves, como câncer, transtornos do espectro autista e problemas neurológicos, cuja possível relação

com o uso de agrotóxicos foi mencionada por alguns moradores, levantando preocupações sobre os impactos da exposição prolongada a essas substâncias.

Ainda que o assentamento reúna experiências consolidadas e inspiradoras no campo da agroecologia, a realidade observada também revelou contradições e desafios que precisam ser enfrentados. Alguns assentados manifestaram preocupações relacionadas à proximidade entre lavouras orgânicas e áreas onde ainda se utilizam agrotóxicos, especialmente nos cultivos convencionais de milho, soja e morango. Esses relatos revelam a complexidade da convivência entre os distintos modelos produtivos presentes no assentamento, e apontam para entraves estruturais à transição agroecológica, particularmente no que diz respeito à inserção de produtos orgânicos no mercado. Muitos assentados ainda consideram os cultivos convencionais mais viáveis economicamente, dada a fragilidade das cadeias de comercialização da agroecologia. Como apontam Petersen et al. (2012), a consolidação de sistemas agroecológicos demanda transformações mais profundas na lógica econômica, que historicamente favorece os monocultivos e o agronegócio.

3.3 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no PA Contestado

Ao longo dos trabalhos de campo realizados no PA Contestado, observou-se que, dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU, os agricultores assentados contribuem diretamente com nove ODS, conforme o diagrama seguinte. O destaque está relacionado com a produção de alimentos orgânicos, livres de agrotóxicos, que se relacionam com muitos dos objetivos do milênio. Além disso a forma de manejar a terra também é notável em muitos lotes deste assentamento, por meio de sistemas agroflorestais.



No contexto geral, o que se observou no PA do Contestado foi a diversidade produtiva dos lotes, a prosperidade da maior parte dos assentados e a contribuição destes agricultores em contribuir com políticas públicas que objetivam a erradicação da pobreza.



Todos os assentados estão dedicados a produção de alimentos. Muitos agricultores do PA Contestado estão dedicados a produção agroecológica em sistemas agroflorestais. Contribuem com a segurança alimentar fornecendo alimentos saudáveis para as escolas públicas através da PNAE e PAA.



Muitos agricultores do assentamento são dedicados a produção de alimentos orgânicos livres de agrotóxicos, o que contribui com a saúde humana e ecossistêmica. Além disso, muitos produzem para as feiras livres de Curitiba e para o PNAE e PAA, o que leva alimentos saudáveis para a população da cidade.



Foi possível identificar que cerca de 33% das mulheres do PA Contestado são as titulares na concessão do lote. Também foi perceptível o protagonismo feminino entre as lideranças do PA, e suas ações na gestão, na tomada de decisões e na produção de alimentos orgânicos.



O PA Contestado oferece diversas oportunidades para a fixação e inclusão dos jovens no campo, filhos de assentados e parentes dos agricultores. A diversidade de produção agrícola deste assentamento potencializa as oportunidades de cooperação e desenvolvimento local.



A reforma agrária é uma das melhores políticas públicas para a redução das desigualdades. No PA Contestado evidenciamos os avanços na prosperidade das famílias proporcionada pela distribuição de terras e acesso aos direitos fundamentais.



Os trabalhos de campo evidenciaram que entre os produtores de alimentos orgânicos existe uma preocupação intrínseca com a saúde, bem-estar, meio ambiente e cuidado com a terra, que se caracterizam como produção responsável. Guardiões de semente enviam sementes crioulas para quem precisa.



O PA Contestado reúne muitos agricultores dedicados a produção de alimentos livre de agrotóxicos, utilizando práticas de manejo sustentável, com baixo impacto sobre o solo, ar e rios. Além disso utilizam agroflorestas como técnica. Guardiões de sementes crioulas com amplo conhecimento tradicional fazem parte deste PA.



Ao longo das vistorias in loco não detectamos ações de degradação de áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente. Este PA encontra-se em um dos biomas brasileiros mais devastados do Brasil, a Mata Atlântica. Práticas agroecológicas e agroflorestais livres de agrotóxicos ajudam a conservar a biodiversidade local.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo demonstrou a complexidade e a riqueza de experiências que permeiam os territórios da reforma agrária no Brasil. A partir da análise de dados

coletados em campo, observou-se que os assentamentos rurais, longe de constituírem espaços homogêneos, se configuram como territórios vivos, onde coexistem práticas produtivas divergentes, desafios estruturais persistentes e possibilidades concretas de transformação social.

No caso do PA Contestado, constatou-se que, embora exista uma presença significativa de cultivos convencionais, tanto de frutas (morangos) quanto soja e milho, como reflexo da influência do modelo hegemônico do agronegócio, uma parcela expressiva das famílias assentadas adota práticas agroecológicas e sistemas agroflorestais, promovendo uma agricultura baseada na diversidade, na sustentabilidade e na autonomia produtiva, cultivando frutas, hortaliças, tubérculos. A existência de feiras, cooperativas, armazéns coletivos e a participação em programas institucionais, como o PNAE e o PAA, reforça a capacidade de escoamento da produção orgânica e evidencia que a agroecologia não é apenas uma alternativa técnica, mas uma estratégia viável de desenvolvimento rural com justiça social e equilíbrio ambiental.

A pesquisa também revelou, com base em relatos colhidos durante as vistorias, que a convivência entre diferentes modelos produtivos tem gerado tensões no território. A ausência de barreiras físicas efetivas entre lavouras agroecológicas e cultivos que ainda utilizam agrotóxicos foi apontada como fator de risco à integridade da produção orgânica, gerando inseguranças entre agricultores comprometidos com práticas sustentáveis. Somado a isso, foram mencionadas dificuldades estruturais para a consolidação da agroecologia, como os entraves na comercialização, a baixa escala produtiva e a limitada cobertura de políticas públicas específicas para esse modelo.

Apesar desses obstáculos, experiências como a do Sítio Joanelhas — que alia o manejo agroflorestal à conservação do solo e à biodiversidade, e a atuação de pessoas como o agricultor César Luís Kerber, guardião de sementes crioulas e agente multiplicador de saberes agroecológicos, demonstram que a agroecologia é possível, replicável e profundamente transformadora. São exemplos vivos da potência dos assentamentos como espaços de resistência camponesa e inovação socioambiental.

A presença da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) dentro do próprio assentamento reforça esse potencial, posicionando a educação do campo como pilar estruturante para a consolidação de um novo paradigma agrícola e territorial. Além disso, o protagonismo feminino observado, tanto nas titularidades dos lotes quanto nas lideranças locais, indica avanços relevantes em termos de equidade de gênero no interior da reforma agrária.

Contudo, o estudo também evidenciou contradições que persistem: a permanência de casos de violência doméstica, o baixo nível de escolaridade de parte significativa dos assentados e a insuficiente atuação do INCRA no acompanhamento e na mediação de conflitos internos. Esses elementos demonstram que a reforma agrária no Brasil não pode ser compreendida como um processo concluído, mas sim como uma política em disputa, que exige constante aprimoramento, vigilância social e compromisso institucional.

A experiência do PA Contestado evidencia que, quando há organização comunitária, acesso a políticas públicas, assistência técnica e valorização dos saberes locais, os assentamentos podem se tornar verdadeiros laboratórios de inovação socioambiental. A agroecologia, nesse contexto, destaca-se como um caminho promissor para promover soberania alimentar, conservação da biodiversidade e resiliência climática.

Assim, reafirma-se, com base nos dados e análises apresentados, a urgência de fortalecer a política de reforma agrária no Brasil como instrumento de justiça social, inclusão territorial e transição ecológica. O futuro da agricultura brasileira — especialmente em tempos de crise ambiental e alimentar — passa necessariamente pela valorização dos territórios camponeses, pelo reconhecimento da agricultura familiar como base da segurança alimentar nacional e pela ampliação de políticas públicas que integrem reforma agrária, agroecologia e direitos humanos. Não por menos, dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável, o PA Contestado contribui diretamente com nove deles, o que nos traz a reflexão da importância da reforma agrária e da agricultura familiar na produção de alimentos.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. *Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília: MDA/INCRA, 2005.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Latossolos*. Brasília, DF: Embrapa, [s.d.].

EMBRAPA FLORESTAS. *Clima*. Colombo, PR: Embrapa Florestas, [s.d.].

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. *O estado da insegurança alimentar no mundo 2014*. Roma: FAO, 2014.

FRAGA, R. C. Q. *Educação popular e do campo: escola e mediações críticas*. Pp 35-61. In: *Educação popular e educação do campo: diálogo de saberes e resistência em*

territórios camponeses, Leandro Vieira Cavalcante et al. (Orgs). Fortaleza: Editora da UECE, 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Instrução Normativa nº 99, de 30 de dezembro de 2019. Brasília: INCRA, 2019

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Painel de assentamentos*. Brasília: INCRA, 2023.

KAMINSKI, T. C. G.; VASCO, A. P. D.; SILVA, L. C.; DENARDIN, V.; SCHAFFRATH, V. R. *Organizações sociais no Assentamento Contestado, Lapa/PR: alternativas de reprodução socioambiental*. In: Anais do VII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Assentamento Contestado completa 23 anos e cresce na construção da agroecologia*. MST, 8 fev. 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Superintendente do Ministério da Saúde visita assentamento Contestado no PR*. MST, 9 ago. 2023.

PETSCHLIES, C. A educação no campo e a agroecologia: a experiência do PA Contestado. *Revista Educação e Fronteira*, Toledo, v. 11, n. 38, p. 47–68, 2021.

PETERSEN, P.; DALMOLIN, S. H.; FRANCO, F. S. *Construção do conhecimento agroecológico: desafios metodológicos e políticos*. *Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia*, v. 9, n. 1, p. 4–8, 2012.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

STÉDILE, J. P. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

STÉDILE, J. P. Agronegócio e agricultura familiar: uma disputa de modelos. In: FASE (Org.). *Agroecologia e políticas públicas*. Rio de Janeiro: FASE, 2014. p. 9–17.

VAN DER PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.